

**MATOS, Júlia Silveira.** *A REVOLUÇÃO DE 1930, OS INTELECTUAIS E AS CRÍTICAS AO PERSONALISMO: HERANÇAS DA TRADIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.* (Doutoranda – PUC/RS – discente).

*“ A ideologia nasce do sentimento de que um grande problema histórico pode e deve ser resolvido por um comprometimento individual. Daí a paixão que lhe é inseparável, o proselitismo, a condenação do adversário e mesmo do indiferente, a amálgama entre a ordem da razão histórica e a da moral pessoal”.*  
François Furet<sup>1</sup>

Através das palavras de Furet podemos compreender o comprometimento apaixonado de vários intelectuais e jornalistas brasileiros pela solução dos problemas político-sociais do País. Muitos se apropriaram da responsabilidade intelectual de transformação nacional. De acordo com Bolivar Lamounier, em meio ao desenvolvimento da República Velha, os intelectuais almejavam persuadir as elites políticas e culturais da época, o que fica evidente em seus tratados históricos-sociológicos, os quais apresentam amplas reflexões da formação colonial brasileira, com profundos apontamentos dos problemas nacionais e propostas para soluções e reorganizações político-institucionais republicanas. Seus olhares centravam-se no fato de que o Brasil como ex-colônia de Portugal carregava em suas instituições imagens e permanências da colonização lusitana. A criação, implantação e burocratização de seu aparato governamental era criticada por manter os moldes Ibero-americanos.

No entanto, se em algum momento muitos pensaram que a fundação da República poderia trazer soluções para os problemas na política do Império, em pouco tempo perceberam que a mudança de governo propiciou apenas uma simples troca das elites. Diante dessa realidade, em momentos diferentes, nomes como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, entre outros intérpretes, dedicaram-se a pensar o Brasil e a crise político-econômica pela qual passava.

Após o estado de Sítio do governo de Arthur Bernardes e a crise do Café agravada durante o quadriênio Washington Luís, as eleições presidenciais de 1930 geraram entre políticos e intelectuais um estado de esperança na possibilidade de mudanças. Entretanto, o anúncio de Júlio Prestes como candidato a sucessão presidencial acabou por exaltar os ânimos. Frente a quebra da política café-com-leite e a crise econômica em que se afundava o Brasil, Minas Gerais se uniu ao Rio Grande do Sul e a Paraíba e lançaram Getúlio Vargas como candidato da oposição. Sua proposta de governo ia justamente ao encontro dos anseios, não apenas de políticos insatisfeitos com os rumos, mas principalmente dos intelectuais, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, entre outros. Portanto, frente a vitória eleitoral de Júlio Prestes

---

<sup>1</sup> FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa. Gradiva, s/d, p. 42.

e as constantes denúncias da imprensa de fraude nas urnas, deflagrou-se a Revolução de 1930. Essa acabou por aglutinar em torno de si, vários intelectuais e homens da política nacional de diversas correntes. Isso porque, segundo Lúcia Lippi Oliveira, “a Revolução de 1930, mesmo sem ter constituído um marco na história das idéias, foi um evento que abriu espaço para o debate de projetos políticos, permitindo que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental” (OLIVEIRA, 1982:15). Esse espaço levou ao cenário, referido por Lúcia Lippi, do debate político nacional nomes como, os já citados, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

No entanto, é preciso percebermos, que diferentemente do que nos propõe essa citação e a tradição historiográfica<sup>2</sup>, as propostas desses intelectuais não foram frutos do movimento revolucionário de 1930 e sim seus geradores. Nesse sentido, em trabalho publicado na revista *Biblos* (2006) dialogamos com a análise de Antônio Cândido sobre a raiz de radicalismo das obras pós-revolução, como por exemplo *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e afirmamos:

Ele situou a obra em seu ano de publicação (1936), e por isso delega à Revolução de 1930 o caráter influenciador, como se essa obra e tantas outras somente tivessem alcançado o radicalismo de seus temas graças à transformação social brasileira iniciada por essa revolução. Ao contrário, vemos *Raízes do Brasil* como uma obra descontextualizada, pois a teoria ali apresentada não pertence a 1936 e sim a 1929-1930; ela antecede a Revolução de 1930 e não é posterior. Seu conteúdo é fruto de uma insatisfação que gerou a revolução e não vice-versa (MATOS, 2006:153).

Podemos perceber que outras obras anteriores a *Raízes do Brasil* já apresentavam como centro de suas discussões a crítica as instituições política nacionais, suas ineficiências, inadequações e seu personalismo, o que em parte fundamenta nossa afirmação de que a tese buarquiana não foi gerada pelo movimento de 1930, mas pelas próprias insatisfações anteriores, comuns a vários intelectuais, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Assis Chateaubriand, e por isso podem ser encontradas em seus textos jornalísticos publicados em meio ao contexto eleitoral de 1929-30.

Sendo assim, no presente artigo, temos por objetivo comparar as críticas ao personalismo político brasileiro, contidas nos textos jornalísticos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, publicadas no *O Jornal*, entre os anos de 1929 e 1930, de forma a percebermos como a proposta apresentada pela Aliança Liberal em fins de 1929, teria se utilizado em muito desses conjuntos de princípios e idéias defendidas por esses intelectuais.

Para compreendermos a aproximação entre o manifesto da Aliança Liberal e as críticas

---

<sup>2</sup> Como pode ser visto em MELLO & SOUZA, Antônio Cândido. *O Significado de Raízes do Brasil*. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1973.

desses intelectuais principiaremos com a análise da propaganda de abertura da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, publicada em 07/09/1929, no O Jornal:

Figura nº1:



Fonte extraída: Arquivo Museu Hipólito José da Costa – O Jornal 07/09/29

Esta imagem ocupava a página central inteira do O Jornal e nela está apresentado o eixo da proposta de campanha à presidência de Getúlio Vargas. Na parte superior está escrito:

O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro:

- A Pacificação geral dos espíritos pela Anistia;
- A verdade eleitoral pelo voto consciente e livre;
- A Reforma efetiva dos processos políticos vigorantes no país, a salvaguarda das questões fundamentais inerentes ao livre exercício da soberania nacional.

Estas palavras não somente formavam a proposta, como também uma crítica ao sistema político vigente naquele momento, que mantinha o voto aberto, o que gerava uma situação de controle dos processos eleitorais por parte da elite política. Três são os princípios apresentados nessa propaganda: 1. A liberdade política e de expressão, confirmadas pela Anistia aos revolucionários; 2. Instituição do sistema democrático de governo e fim do poder oligárquico, pela implantação do voto secreto e livre; 3. Extermínio dos mecanismos personalistas na política nacional através da reforma efetiva das instituições políticas brasileiras.

Essas mesmas proposições foram amplamente desenvolvidas no Manifesto da Aliança Liberal, publicado em 21/09/1929 no O Jornal – página 3, referentes ao seu programa político-social: 1. A defesa das liberdades políticas e de expressão pela reforma de nosso regime eleitoral porque “*o nosso sistema eleitoral não corresponde às necessidades e aspirações do País e longe está de permitir a exata representação das opiniões políticas*”; 2. O pleno exercício da democracia pela implantação do voto secreto na prática, pois “*a única questão de fato que existe é, pois, a seguinte: há de o voto, que já é legalmente secreto, ser passível de fraude (...) se a lei institui o voto secreto e não o público, de preliminar honestidade é que o voto seja realmente sigiloso*”; 3. O fim dos personalismos políticos pela reforma institucional e pela separação entre os poderes públicos e partidários, pois no Brasil, conforme proposto pelo manifesto, ao contrário do restante das nações, é o governo que aparelha o poder partidário, o que gera “*o 'do ut des' mais perfeitamente organizado em benefício dos que governam: é a oligarquia, é a doença mais grave da República*”. Esse manifesto aliancista que abriu as discussões eleitorais nos é apresentado como ponto de partida para compreender o envolvimento dos intelectuais não apenas na Revolução de 1930, como em seus próprios desdobramentos que desembocaram na deflagração da proclamação do Estado Novo. Segundo testemunho de Afonso Arinos de Melo Franco, citado por Vamireh Chacon, “*A Aliança foi a expressão de profundos recalques coletivos*” (CHACON, 1985: 111), ou seja, ela representou as insatisfações de nosso intérpretes da política nacional.

Sendo assim, se os dois primeiros pontos citados, tanto na propaganda como no manifesto, podem apresentar divergências nas propostas de nossos intérpretes do Brasil, o terceiro e último foi unânime nos textos que aqui analisaremos. Tanto, Sérgio Buarque de Holanda, que não apenas atuou como jornalista no principal órgão de imprensa da Aliança, como também trabalhou no ministério da Educação nas duas fases do governo Vargas, quanto Assis Chateaubriand, um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da própria revolução, elaboraram em seus artigos jornalísticos críticas às características personalistas da política brasileira, a qual seria a grande causa de sua ineficiência.

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, em fins dos anos vinte, tiveram suas produções mais diretamente vinculadas à ação política. Neste sentido, Lúcia Lippi afirmou: “*Sabemos que a maior parte dos personagens que integraram a Aliança e participaram da revolução podem ser incluídos na categoria de intelectual. Suas produções, entretanto, estiveram mais diretamente vinculadas à ação política, procurando influir ou refletir sobre ela*” (OLIVEIRA, 1980:425). Nessa citação, concordamos com Lúcia Lippi, pois os dois intérpretes não se enquadram no conceito de intelectual apenas por seus escritos, mas principalmente por sua reflexão político-filosófica das questões sócio-institucionais brasileiras,

através delas procuraram influir e atuar diretamente no campo da ação política.

Sobre esse conceito de intelectual, Lúcia Lippi Oliveira em seu texto *Idéias fora de tempo*, apesar de considerar a maior parte dos personagens integrantes da Aliança como intelectuais, optou em sua análise excluir os nomes daqueles que tivessem atuado mais diretamente nesse campo da ação política. Por isso, afirmou: “*aparentemente portador de uma proposta de renovação, o discurso aliancista não encontra ressonância nos meios intelectuais, que desde os anos 20, vinham pensando o Brasil apresentando projetos de transformação nacional*”(OLIVEIRA, 1980:425). Nessa afirmação Lúcia Lippi Oliveira considerou apenas dois núcleos de intelectuais, o primeiro seria composto por homens diretamente ligados a política, como João Neves da Fontoura e no segundo núcleo encontrariam-se nomes como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, entre outros, vinculados apenas as atividades intelectuais. No entanto, precisamos considerar que a Aliança não atraiu apenas o primeiro grupo, como afirmou a autora:

No final da década de 20, quando os políticos oposicionistas se coligaram numa aliança, para a defesa e a recuperação dos princípios liberais, o ambiente intelectual já se mostrava descrente da possibilidade de encontrar soluções para os problemas nacionais dentro dos parâmetros do liberalismo. Deste descompasso pode-se entender a ausência dos intelectuais na Revolução de 30 e sua presença em momentos posteriores, quando a perspectiva liberal é explicitamente abandonada pelo governo (OLIVEIRA, 1980:425)

Para ela o estado de desilusão dos intelectuais brasileiros os afastou do campo da ação política, o qual foi preenchido apenas por aqueles que já tinham alguma participação no governo. Através das trajetórias de nomes como Sérgio Buarque de Holanda, vemos que tal proposição não se confirma, pois, no final dos anos de 1929 e princípio de 1930 o jovem já possuía certa notoriedade entre os pensadores e literatos brasileiros e se enquadrava plenamente na categoria de intelectual, no entanto, não se escusou da ação política, através de seu trabalho como correspondente no exterior para o O Jornal, principal órgão da Aliança Liberal. Da mesma forma, segundo Fernando Morais (1994), nesse momento Assis Chateaubriand não tinha participação direta nas estruturas de governo. No entanto, não apenas como jornalista, mas como articulador, foi fortemente atuante na causa aliancista. A atuação de Sérgio Buarque, apesar de seu envolvimento na Revolução Constitucionalista, estendeu-se no decorrer do governo Vargas, com sua atuação como membro da comissão do Teatro Nacional em 1936 e posteriormente como diretor de divisão de consulta da Biblioteca Nacional em 1944, cargo em comissão. Dessa forma, compôs os quadros do Ministério da Educação e Saúde, já dentro do Estado Novo, sendo que nos dois momentos fora nomeado por Gustavo Capanema.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Conforme portaria de 14 de setembro de 1936 e decreto-lei nº 1713, de 28 de outubro de 1939, Processo nº 61

Chateaubriand, entretanto, desde finais de 1931, exerceu grande oposição a Vargas, diante da percepção do autoritarismo de seu governo, mas diante da proclamação do golpe estado novista, rendeu-se e passou a fazer apologias ao presidente e ao seu programa de governo. Dessa forma, diferentemente do proposto por Lúcia Lippi, percebemos que, não unanimemente, até porque vários não concordavam com as propostas liberais para o governo brasileiro, muitos intelectuais participaram sim do movimento aliancista e da Revolução de 1930.

Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, através de suas obras e textos jornalísticos procuraram influir nos rumos políticos da nação. Acabaram por aglutinarem-se em torno da Aliança Liberal por concordaram com seu discurso “*centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha*”(OLIVEIRA, 1980:426), conforme vimos a partir da breve análise do manifesto aliancista.

Ambos os intelectuais buscavam a transformação do sistema governamental brasileiro. Em seus artigos criticaram as estruturas personalistas e tirânicas da República brasileira e apresentaram em seus livros *Raízes do Brasil* e *Terra Desumana* propostas para a implantação de um governo mais justo e democrático. Sérgio Buarque defendeu mais doutrinariamente uma democracia social, voltada para a educação do povo, enquanto Chateaubriand lutou mais veementemente pela liberdade de expressão, contra a ditadura. Neste sentido, segundo Lúcia Lippi, os intelectuais da década de 1920, acreditavam que era preciso voltar às raízes, “republicanizar a República”. No entanto, não é esta a visão de ambos os intelectuais. Eles defendiam a fundação de um governo democrático e liberal, pois para os dois, a República nunca foi implantada no Brasil. Este é um dos pontos centrais de concordância entre os dois. Em suas visões não tínhamos ao que voltar, nossas raízes eram na verdade as principais responsáveis pelos “vícios” políticos brasileiros.

Sérgio Buarque apresentou em *Raízes do Brasil* uma proposta política nacional dentro do viés da democracia social, enquanto Assis Chateaubriand, centrado na liberdade de expressão, defendeu um governo forte, ancorado sob a figura de um homem capaz de personificar a nação e se sacrificar por ela, sem, no entanto, abrir mão da liberal-democracia como proposta de governo.

Em fins da década de 1920, não era a personalidade de Júlio Prestes que representava a possibilidade de realização dos anseios democráticos do historiador ou mesmo do jornalista, na verdade, era a certeza de continuidade das estruturas personalistas no governo nacional. Neste sentido, Getúlio Vargas e sua proposta Liberal para a democracia brasileira personificaram os

ideais do jovem Sérgio Buarque e do astuto Chateaubriand, que se engajaram na campanha aliancista almejando a “revolução” política no Brasil.

Para ambos era preciso a substituição da elite governante por outra capaz de pensar a nação, composta por homens imbuídos do espírito público e cívico. Desta forma, vemos suas aproximações com o movimento que combateu a candidatura de Júlio Prestes, por mais que pareçam aliados do indivíduo Vargas, na verdade estavam aliados a causa defendida por ele.

Frente a vitória da Revolução de 1930, esperavam a democratização do Brasil, o que de fato não ocorreu e os desdobramentos do processo foram a implantação de uma ditadura no final de 1937. Sendo assim, suas buscas pela renovação política brasileira e conseqüente decepção, explicam como ambos se tornaram, posteriormente a década de 1930, inimigos do getulismo.

Entretanto, entre o período eleitoral e o primeiro ano do Governo Provisório mantiveram em seus textos jornalísticos uma constante crítica as estruturas personalistas da República Velha e depositaram suas esperanças de renovação na mudança proposta por Vargas, conforme analisaremos a seguir.

### **1. 1 Críticas ao personalismo político: de Chateaubriand a Sérgio Buarque**

Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand apresentaram diagnósticos semelhantes aos problemas políticos enfrentados pelo Brasil. A principal doença apontada por eles era o vício na política nacional, o personalismo que corrompia as vias democráticas, cerceava os direitos, liberdades civis e privilegiava grupos seletos.

Segundo Chateaubriand em artigo intitulado “Providências necessárias”, *“As reformas nas secretarias da Câmara e no Senado só tinham um objetivo único, exclusivo: criar empregos novos para dá-los a protegidos de políticos que tinham como norma de vida não trabalhar”*(O Jornal, 20/12/1930). Nessa citação, o jornalista apontou o favoritismo empreguista como um dos pilares das instituições políticas nacionais. Em sua visão esse era o fator de ineficiência da República que não era gerida por homens comprometidos com a causa pela qual foram eleitos e sim apenas com seus próprios interesses.

Nesse mesmo sentido, Sérgio Buarque também alertou, em artigo “Como repercutiram na imprensa Alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, publicado no O Jornal em 26/11/1930, que no país não se fazia a vontade da maioria, mas apenas daqueles que estavam no poder, mais interessados em si mesmos. Ainda nesse artigo, o jovem jornalista afirmou que esse personalismo excludente da política nacional era fruto do abuso de poder dos nossos governantes. Esse abuso de poder sustentava-se na má educação política que desviava a realização prática de uma democracia no Brasil.

Não era nova a crítica a corrupção política brasileira, outros teóricos, como Oliveira Vianna em seu “Populações Meridionais”, já haviam indicado o problema em suas obras. Mas

com Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand essa crítica ganhou as páginas dos jornais em um momento marcante da política nacional, as eleições presidenciais de 1930.

Sérgio Buarque ao comentar o que os jornais berlinenses veiculavam sobre o Brasil em seu artigo intitulado “Diálogos das Grandezas do Brasil”, afirmou: *“Um jornal berlinense diz, por exemplo, de nossa Câmara dos Deputados que é uma espécie de Far-west. Um outro declara que nossos políticos servem-se, não raro, de bandidos perigosos para fazerem vencer as suas ambições pessoais”* (O Jornal, 20/02/1930). Amparado pela referência à imprensa alemã, nessa citação, Sérgio Buarque atacou diretamente o personalismo na política nacional, alertou para a inexistência de um órgão representativo do povo brasileiro, pois a Câmara dos Deputados seria apenas um Far-west, repleto de políticos empenhados apenas em realizar suas ambições pessoais.

Esse país imerso numa realidade de caos, como sugerido por Sérgio Buarque, era também na crítica de Chateaubriand, no artigo “Providências necessárias” obrigado a sustentar no governo uma “corja” de homens que *“só apareciam na repartição para receber os vencimentos, e alguns haviam, os que nem os vencimentos se davam o esforço de ir receber. Quem por eles aparecia o começo do mês, no Tesouro eram os seus procuradores”* (O Jornal, 20/12/1930). Mais do que favoritismo, segundo Chateaubriand, nessa citação, o governo brasileiro era um cabide de empregos para uma “corja” que nada fazia pelo país.

Esse personalismo apontado por ambos os jornalistas, não era apenas um câncer que corroía nosso aparato governamental, mas o próprio cerceador de nossas liberdades, responsável pelo estado de escravidão em que se encontrava o país. Em princípios de 1930, em meio ao frenesi da campanha eleitoral aliancista, Assis Chateaubriand escreveu em artigo “Orgia Pública”:

a causa da Aliança não é a causa de uma facção, - é a causa da Nação mesma. De um lado, enxergamos a cupidez de um bando: do outro a limpidez de um direito, a santidade de um princípio propugnado corajosamente, desde a primeira hora, pelo maior dos Andradas, cujo admirável pulso lutador pode congrega, em poucos meses, em torno de si todo esse irresistível movimento de opinião, de que todos os orgulhamos. (O Jornal, 04/02/1930).

Nessa passagem da reportagem, Chateaubriand estabeleceu o antagonismo entre a limpidez da luta da Aliança Liberal, que em nome da Nação reivindicava o direito a liberdade de escolha de seus governantes, frente ao faccioso grupo do candidato do governo federal, que como qualquer “bando” debatia-se pela manutenção de seus privilégios. O jornalista levantou a bandeira da Aliança Liberal como símbolo de libertação do estado de escravidão instaurado pelo personalismo enraizado em nossas instituições. Em outro artigo, “Um homem civilizado”,

afirmou que o Brasil *“vinha olhando, triste e cabisbaixo, o grosseiro espetáculo de furor partidário que o presidente da República está diariamente demonstrando nesse contexto”* (O Jornal, 06/02/1930). O “furor partidário” a que se referiu nessa reportagem é justamente a defesa e empenho do presidente para com a eleição de seu sucessor e conterrâneo Júlio Prestes. Para Chateaubriand, a manipulação das eleições presidenciais era uma demonstração de abuso de poder por parte do presidente da República Washington Luís. Dessa forma, a Aliança Liberal seria a materialização de toda sua crítica àquele sistema viciado e possível instrumento de libertação e extinção dos personalismos.

Em outro artigo intitulado “A Nova Revolução” revelou suas esperanças de renovação da política nacional, já efetivado o processo revolucionário de outubro de 1930, escreveu que estava nas mãos do empossado Presidente Getúlio Vargas a esperança da nação. Afirmou que: *“O presidente Getúlio Vargas, que acaba de redimir com a espada o Brasil da escravidão política, deseja completar sua tarefa de revolucionário, libertando-nos da ameaça da escravidão econômica e financeira que nos oprime”* (O Jornal, 17/12/1930). Aqui nessa passagem, o jornalista chegou a afirmar que o Brasil politicamente já estava livre, Vargas teria sido seu libertador e naquele momento faltaria apenas a libertação econômica. A realização dessa proeza só seria possível com o cumprimento da solicitação de ordem feita pelo presidente. Essa ordem a que se referiu Vargas, na visão de Chateaubriand seria a limpeza necessária das instituições públicas nacionais de seus laços personalistas. O Brasil somente poderia ter seu curso corrigido se suas instituições funcionassem de forma ordenada a serviço da Nação e não de interesses individuais.

Nessa direção, no, já citado, artigo “Providências necessárias”, relatou com entusiasmo que o Governo Provisório licenciara a maior parte do pessoal das secretarias e também extinguiu vários feriados. Sobre esse feito do presidente, Chateaubriand escreveu: *“Atos do Governo Provisório que merecem aplausos...”* (O Jornal, 20/12/1930). Seu entusiasmo se revelou por sua indicação de que esses Atos de licenciamento de pessoal e extinção de feriados mereciam “aplausos”. Esses seriam dados porque essa atitude do governo contribuiria para exterminar os personalismos de nossa política, pois segundo o jornalista, *“não se pode contestar que as secretarias das duas casas do Congresso era recrutadas entre a fina flor do filhotismo, do despotismo e da vadiagem nacionais”* (O Jornal, 20/12/1930). Conforme vemos, na passagem acima, era necessário na visão de Chateaubriand a retirada dessa “fina flor do filhotismo” de nosso Congresso, para que a ordem fosse instaurada e para isso foi realizada a Revolução em outubro daquele ano. Segundo o jornalista, essas medidas eram necessárias para fortalecer *“a atividade construtiva da revolução no seio da opinião pública”* (O Jornal, 20/12/1930).

Dessa forma, o primeiro passo “necessário” empreendido pelos Revolucionários foi na direção da moralização das instituições nacionais. Esse era, no pensamento chateaubriano, o pilar sustentador da possibilidade de renovação política brasileira.

De forma semelhante, Sérgio Buarque também indicou o personalismo como cerceador das liberdades nacionais. Isso porque um dos pilares da “democracia moderna” era o princípio da soberania popular, conforme afirmou em seu artigo intitulado “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha”, publicado em 26/03/1930. Mas como num Estado personalista, onde os interesses de poucos se sobressaiam aos demais poderia ainda respeitar a “soberania popular”? Sendo assim, a democracia brasileira, no pensamento buarquiano, era apenas fictícia, o povo não tinha liberdade de escolha, pois sua soberania não era respeitada.

Para Sérgio Buarque a Alemanha era um exemplo de Estado para o Brasil naquele momento, conforme afirmou em dois artigos, o primeiro intitulado “Através da Alemanha” de 23/08/1930 e o segundo de mesmo título, o que demonstra uma continuidade em relação ao anterior, publicado em 08/11/1929. Em ambos os artigos, o jovem jornalista indicou alguns aspectos da política alemã que poderiam valer de exemplos ao Brasil, como seu posicionamento e recuperação econômica e política anti-colonizadora, ou seja, anti-americanista. Como defensor da soberania nacional, Sérgio Buarque não via com bons olhos o processo de americanização pelo qual passava a cultura alemã e alertou os leitores para seus prejuízos se fosse amplamente aceita também no Brasil.

Como exemplo para os leitores brasileiros, o jovem jornalista em artigo intitulado “O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês”, publicado em 06/11/1929 ainda citou o texto de análise política do Marechal, então ditador na Polônia e escreveu: *“julguei interessante, porém, traduzir a parte final que nos dá um elemento para julgar a personalidade de Joseph Pilsudski (...) Assim conclui o artigo do ditador: Há mundos que declinam e sóis que se erguem (...) E ao lado dos homens sérios há ainda os outros. Há aqueles que parecem nascidos para comprometer e ridicularizar com caretas de macaco e gestos de palhaço justamente o que querem conservar e o que está ameaçado de ruína”* (O Jornal, 06/11/1929). Nesse artigo, Sérgio Buarque entrevistou o Marechal com o objetivo de apresentá-lo ao mundo, conforme afirmou na introdução de seu texto, como um ditador que planejava devolver a democracia à Alemanha. A crítica do ditador ao parlamento polonês é voltada a permanência de certos vícios na política, que seriam levados por homens comprometidos apenas com sua ambição conservadora e egoísta. Esses, nas palavras, que Sérgio Buarque julgou interessante aos leitores brasileiros, seriam homens que por suas atitudes personalistas mais se assemelhariam a macacos reprodutores de uma tradição viciada do que propriamente políticos interessados com o desenvolvimento da nação.

Como vemos, Alemanha e Polônia foram apresentadas como exemplos para esse Brasil, aonde os interesses do presidente Washington Luís, continuador de uma tradição personalista, levaram a indicação de Júlio Prestes à candidato nas eleições presidenciais e sua manipulação no processo eleitoral esmagavam a “soberania popular”. Dessa forma, o desejo pessoal, ou melhor, o personalismo de um presidente reduzia o país a uma autocracia e o povo brasileiro a meros escravos obedientes ao seu Senhor. O jovem jornalista na conclusão de sua reportagem ainda afirmou que “acredita” no empenho do Marechal Pilsudski no processo de democratização da Polônia, “*embora isso não evite os processos mais desajustados*” (O Jornal, 06/11/1929).

Dessa forma, conforme a citação, vemos que para Sérgio Buarque o personalismo político era, assim como para Chateaubriand, um dos problemas centrais que assolavam a política e as instituições brasileiras. No entanto, para ele era possível, ou até necessário, um processo ditatorial para que essas tradições viciadas fossem varridas do governo e a democracia assim implementada, o que para Chateaubriand era inconcebível, pois a ditadura era contrária a qualquer princípio de liberdade.

Diante da anterior análise das propostas da Aliança Liberal e a presente comparação entre as críticas de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda ao personalismo em nossas instituições governamentais, podemos perceber que esse era o fator fundamental dentro dos debates políticos antecessores a Revolução de 1930. Nessa perspectiva, vemos como os artigos jornalísticos de Chateaubriand e Sérgio Buarque, publicados entre 1929 e 1930, convergiram com o manifesto aliancista, o que nos permite retomar e novamente discordar da afirmação de Lúcia Lippi de que a Revolução de 30 foi geradora dos debates políticos que se desenvolveram naquela década. Como vemos, a revolução se utilizou de princípios já correntes entre os pensadores políticos brasileiros, o que não apenas a legitimou como os levou a se identificar com o movimento.

No entanto, é preciso lembrarmos que essa crítica elaborada por esses dois intelectuais, tão diferentes, apesar de possuírem a mesma formação, não era nova. Muito anteriormente a atividade intelectual de ambos, outros pensadores já haviam apontado para o personalismo como o principal problema nas instituições governamentais brasileiras, o que nos remonta a uma tradição do pensamento político nacional.

## **FONTES**

CHATEAUBRIAND, Assis. “Orgia Pública”. O Jornal, 04/02/1930.

\_\_\_\_\_. “Um homem civilizado”. O Jornal, 06/02/1930.

\_\_\_\_\_. “A Nova Revolução”. O Jornal, 17/12/1930.

\_\_\_\_\_. “Providências necessárias”. O Jornal. 20/12/1930.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. “Através da Alemanha”. O Jornal, 23/08/1929.  
\_\_\_\_\_. “Através da Alemanha”. O Jornal, 08/11/1929.  
\_\_\_\_\_. “O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês”, O Jornal, 06/11/1929.  
\_\_\_\_\_. “Diálogos das Grandezas do Brasil”. O Jornal, 20/02/1930.  
\_\_\_\_\_. “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha”, O Jornal, 26/03/1930.  
\_\_\_\_\_. “Como repercutiram na imprensa Alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, O Jornal, 26/11/1930.

## **BIBLIOGRAFIA**

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2 ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHATEAUBRIAD, Assis. *Terra desumana: a vocação revolucionário do presidente Arthut Bernasrdes*. Rio de Janeiro. O Jornal, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973.

LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: Uma interpretação*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Direção de Bóris Fausto. Tomo III. 2 vol. Difel, Rio de Janeiro – São Paulo, 1977, pp. 344-374.

LOPES, Luiz Roberto. *Cultura Brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. 2 ed. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

MATOS, Júlia. *O intelectual e a obra Raízes do Brasil: uma discussão historiográfica*. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Vol. 19 – Rio Grande. Editora da FURG, 2006, p. 151-170.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Idéias fora de tempo*. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre. ERUS, 1983.

TORRES, Alberto. *O Governo e a política*. In: A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo. Editora Nacional (Brasília); Editora da Universidade de Brasília, 1982, pp. 149-210.

VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, (1952), 2005.